

Diário do Minho 27-1-75

ESCLARECIMENTO

201

sobre a Universidade do Minho

Publicou o «Diário de Lisboa», no seu número de 21-1-75, uma local de Braga intitulada: «Um perigo concreto — Minho sem Universidade»: onde se diz:

«Fontes fidedignas garantiram-nos que, caso Braga não apresente propostas claras e definitivas acerca do que pretende em relação à Universidade do Minho, esta deixaria de existir, no papel e (como o caso de agora) em promessa.

Efectivamente — adiantou-nos o mesmo informador — a Faculdade de Agronomia, prevista para Braga, poderia vir a ficar instalada em Vila Real. Medicina, também em princípio destinada à capital do Minho, não passaria

hoje de mera hipótese, muito vaga mesmo. Como Braga não apresentou qualquer outra proposta para a implantação de possíveis faculdades, tudo iria por água abaixo, retirando-se o reitor e o administrador, se entretanto for preenchido o curso.

A nós nada nos surpreende o imobilismo de Braga. Desde sempre o seu escol confiou mais na política e em Lisboa do que na capacidade criadora local. Braga não reúne, não discute os problemas da terra, não dinamiza programas ou actividades. Se Lisboa, antes do 25 de Abril, se substituiu paternalmente aos responsáveis pela vida local, a partir daquela data é «o povo quem mais ordena»...»

políticos, solicitou por escrito uma audiência ao então Ministro da Educação e Cultura, pedido este que não recebeu resposta.

5.º) Em 6-12-74 foram entregues ao M. E. C. os seguintes relatórios sectoriais: «Cursos e Departamentos no Domínio das Línguas Vivas», «Cursos e Departamentos nos Domínios das Ciências Exactas e Tecnologias», «Departamento de Educação e Cursos e Departamentos no Domínio da Medicina», acompanhados das propostas referentes à criação dos respectivos cursos.

6.º) No que respeita ao Curso de Medicina, tal como é proposto pela Universidade do Minho, houve o melhor acolhimento quer da parte do M. E. C. quer do Secretário de Estado da Saúde.

7.º) Estranha-se a invocação de «fontes fidedignas», uma vez que nem o M. E. C., nem a Universidade do Minho, estão na origem da notícia publicada.

8.º) A Comissão Instaladora da Universidade do Minho tem razões para poder asseverar que a reestruturação recentemente sofrida pelo M. E. C. — em consequência da qual passou a existir uma Secretaria de Estado especificamente responsável pelo Ensino Superior — permitirá, decisivamente e a curto prazo, impulsionar o processo de instalação das Novas Universidades.

E é dentro deste novo espírito que, em Aveiro, nos próximos dias 8, 9, e 10 de Fevereiro, se vai realizar um encontro de representantes das Instituições e Organismos relacionados com o Ensino Superior, no qual serão discutidos temas como: Investigação e Ensino Superior, acesso à Universidade, regionalização do Ensino Superior, carreiras docentes, novos estabelecimentos de Ensino Superior, etc.

O Presidente da Comissão Instaladora

Dada a inexactidão da notícia, a importância do assunto e o seu carácter alarmista, entende a Universidade do Minho que se torna necessário esclarecer a situação:

1.º Nunca se projectou criar na Universidade do Minho uma Faculdade ou Curso de Agronomia. De facto, e para a região Norte do País, este tipo de Curso, ao nível de bacharelato, esteve sempre previsto para o Instituto Politécnico de Vila Real.

2.º) A Universidade do Minho, que iniciou as suas actividades em 17-2-74, entregou ao M. E. C. o seu primeiro relatório em 12-7-74, no qual se indicam os Cursos havidos como prioritários e uma primeira estimativa dos custos de instalação. Simultaneamente, apresentou-se um estudo e respectiva proposta sobre a localização do Campo Universitário, bem como soluções no tocante às instalações provisórias.

3.º) Em 20-9-74 foi presente ao M. E. C. o primeiro relatório sectorial propondo a criação de «Cursos e Departamentos no domínio da História».

4.º) Com a finalidade de informar quais as linhas de actuação e as dificuldades surgidas na instalação da Universidade do Minho, efectuaram-se em Outubro e Novembro reuniões entre a Comissão Instaladora e representantes locais dos partidos políticos com expressão no Governo Provisório, na última das quais participou o Governador Civil de Braga.

Dada a falta de directrizes e resposta às propostas apresentadas pela Universidade do Minho ao M. E. C., o Governador Civil, em seu nome e nos dos partidos